CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Aprovado em Única Discussão
Por: unanimidade
Plenário: 21 / 09 / 22

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Conferido
2º Secretário

Ata da Audiência Pública realizada no dia doze de abril do ano de dois mil e vinte e dois, no Plenário Benedito Magalhães da Câmara Municipal de Santarém. À hora regimental, o vereador Ronan Liberal Jr. (MDB), presidente da Câmara Municipal de Santarém, deu boas-vindas aos presentes e procedeu com o protocolo de abertura da sessão, informando que esta audiência se destina a tratar da "**REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM**", por força da solicitação feita através do requerimento n° 689/2022, de autoria do vereador Erasmo Maia (DEM). Para compor a mesa de debates, o presidente Ronan Liberal Jr. (MDB) convidou: senhora doutora Nelcilene Lopes, secretária municipal de Habitação e Regularização Fundiária; Doutor Raimundo Aquino, representante do CRECI; Doutor Ítalo Melo, representante da OAB/Subseção-Santarém; Doutor Renato Sirotheau, presidente da Comissão do Direito Imobiliário, Urbanístico, Notorial e Registral - OAB; senhoras Margareth Ferreira e Celda Godinho, representantes do Bairro Juá; doutora Isis Martins, coordenadora do curso de geografia - UFOPA; Senhora Silvia Elis, representando a CONSEG da Boa Esperança; Senhor Eudir Prata Bertier, representante da Cohab; senhor Ítalo Guahyba, chefe do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA. Justificou-se a ausência dos representantes do SPU, ITERPA e Incra. Também, justificou a ausência dos vereadores Erlon Rocha, Gerlande Castro, Silvio Neto e Murilo Tolentino que estão cumprindo agenda externa. Composta a Mesa, o primeiro secretário da Câmara de Santarém prof. Josafá Gonçalves foi convidado a realizar a leitura do requerimento 689/2022, que deu origem a esta audiência pública, que após lido foi defendido pelo vereador **ERASMO MAIA** que destacou que a temática exige empenho de todos, afirmando que a regularização fundiária leva dignidade às pessoas. Abordou o que ele denominou vantagens e desvantagens da regularização de terra. Para ele, as desvantagens podem vir a ser financeira, por processos judiciais ou até perda da propriedade. Já as vantagens, denominou podendo ser o direito de propriedade, linhas de crédito, entre outras. Disse que as famílias reclamam da regularização fundiária, destacando que o governo pode contribuir para que essas áreas venham para as mãos das famílias. Registrou que trouxe esse debate à Câmara por entender que ele não se encerra hoje. Em seguida, o presidente convidou para compor a mesa dos trabalhos, o secretário do Estado, senhor Alexandre Maduro e para compor a mesa de debate o professor Sinai Duarte e Joaci Sampaio, membro da Cooperativa Mista Agroextrativista de Produtores e Produtoras Rurais do Pae Lago Grande – Cooperlago; também registrou a presença de outras lideranças, entre ele: senhor Camarão do Bairro Novo Horizonte – CONSEG Santarenzinho; William Martins, representante da comunidade Prosperidade em Álter do Chão e demais autoridades. Dando prosseguimento à sessão, o presidente convidou a secretária municipal de habitação, Doutora Neucilene Lopes para fazer sua explanação. A secretaria **NEUCILENE LOPES** enfatizou que Santarém é uma das cidades mais antigas, no entanto, não se tem cuidado patrimonial com a mesma, afirmando que a "regularização fundiária não é fácil, se não outro gestor já havia regularizado Santarém toda", além de ressaltar que prefeitos anteriores a Nélio Aguiar não cuidaram da regularização fundiária do município. Explicou a legislação voltada para a área como a Lei 20.852/2019 que é a lei da Reurb Municipal; a 18.348 que delimita a expansão urbana de Santarém; o Decreto Federal 3.910/2018 que regulamentou a lei da Reurb, sobre o que a secretária explicou se tratar de um instrumento essencial para a política de regularização fundiária. Na ocasião fez destaque ao projeto "Morar Legal" implantado pelo prefeito Nélio Aguiar que inclui as mesmas medidas de regularização fundiária, com o objetivo de dar dignidade às propriedades. Relembrou a situação da ocupação Bela Vista do Juá, a qual, de acordo com ela, ainda não foi regularizada pelo Município porque a terra não é pública, possui um proprietário, para o qual se deve pagar pela propriedade. Também destacou que 63% da população não possui titulação, mas apenas uma matricula, sendo que Santarém tem apenas uma primeira légua georreferenciada pelo Estado do Pará, sendo que só 37% dos imóveis são registrados. Disse ainda que para regularizar um imóvel que não pertença ao município, o proprietário tem que dá um aceite de acordo e mesmo não querendo o acordo, ele precisa entrar com o processo de regularização fundiária, por isso, que este processo ainda não foi possível no bairro do Juá, mas que a prefeitura está lutando por essa

regularização. Disse ainda que o objetivo da REURB é fornecer o título da terra, através do processo e etapas regulamentares e que não adianta ter apenas o título na mão, é necessário registrar e ter escritura pública. Relatou que a regularização fundiária para todo o município vai acontecer, sendo que o trabalho já iniciará na segunda etapa, nos bairros Diamantino e Santo André, que já houve a primeira reunião com os moradores tendo uma previsão de mais de 12 mil lotes incluindo a parte da zona norte. Quanto ao Juá, registrou que existem articulações para regularização da área. O senhor Reginaldo Abreu, membro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, foi convidado a fazer parte da mesa de debates. A seguir, o presidente Ronan liberal passou a palavra às entidades presentes. O Doutor **RAIMUNDO AQUINO** fez uso da palavra, agradeceu aqueles que trabalham em prol da regularização fundiária, ressaltando a necessidade de se fazer mais pela questão, pois ainda se tem muita propriedade sem essa titulação. Disse que o CRECI está junto para lutar e ajudar no que for preciso a esta causa. O Doutor **RENATO SIROTHEAU,** presidente da Comissão do Direito Imobiliário, Urbanístico, Notorial e Registral – OAB, comentou a fala da secretária e reafirmou o compromisso da entidade de estar à frente dos trabalhos de regularização imobiliária. A **DOUTORA ISIS MARTINS,** coordenadora do curso de geografia – UFOPA, ressaltou que a regularização traz consigo outros benefícios à população e que a Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA é parceira e apoia todo o processo. O senhor **JOACI SAMPAIO**, membro da Cooperlago, registrou que a região do Lago Grande caminha para uma futura emancipação, mas que precisa de muitas ações para concretizar o sonho, pois a Vila Curuai se encontra em uma área agroextrativista, com cerca de 10 mil habitantes. Relatou que esta área pertencia a prefeitura, a qual distribuiu 10 títulos de afloramento dentro da Vila Curuai, sabendo que dentro do Lago Grande registra-se 161 títulos de terra que foram entregues pelo INCRA, porém, com o passar do tempo algumas pessoas conseguiram licença de ocupação, também o LP, entre outras. Salientou que a região está prejudicada, assim como a Vila Socorro onde funciona o setor industrial oleiro, que comporta 11 olarias que geram 62 empregos direto, e hoje está sendo afetado pela demarcação de territórios indígenas no local. Pediu ajuda da Casa para que possam lutar junto e fazer um estudo de viabilidade técnica em Vila Socorro para que futuramente, não somente em Curuai, se concretize esse processo de urbanização, e os empreendedores não sejam afetados adquirindo seus títulos de terra definitivos para que quando houver a emancipação do Lago Grande, a metade dos problemas já estejam sanados. O senhor **REGINALDO ABREU,** membro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, falou sobre a preocupação do CAU com as cidades e centros urbanos, destacando que Santarém verticaliza e demanda o uso de solo. Relatou que, quando se fala em regularização fundiária, falam de um problema crucial para o desenvolvimento. Destacou que, quando se fala em estar com o título na mão, não quer dizer que se pode fazer o que quer com a área, pois o planejamento baseado em critérios técnicos, no que se refere a regularização e processo de titularização, acarreta mais qualidade de vida à população; mas se existe apenas a regularização e se deixa a forma de uso livre, se instala o caos. Descreveu que se a prefeitura, no momento da regularizar, adentra em processo de planejamento rigoroso, o caos não se instala facilmente, pois se não existe compromisso com a sociedade santarena, buscando apenas seu interesse próprio, a mobilidade urbana se transforma em questão de "gentrificação", a exemplo de Alter do Chão, em que as pessoas que são primitivos da área acabam vendendo suas terras, que chega a uso sazonal pelo novo proprietário, enquanto que os antigos proprietários vão para periferia e ficam sem nenhuma estrutura urbana, sem casa. Disse que politicas publicas paralelas devem ocorrer para que isso não aconteça. Pois, se a cidade não tem projeto, qualquer caminho serve, e esse caminho vai ser exatamente de gentrificação. Finalizou destacando que o CAU deixa esse recado, de que regularizar não seria somente a solução. O senhor **ÍTALO GUAHYBA**, Inspetor Chefe do CREA, afirmou que a entidade está à disposição para contribuir nesse processo de regularização fundiária no município. O senhor **EUDI BERTIER**, representante da COHAB, falou um pouco da história do conjunto da COHAB e de suas ações no município, as quais já foram realizadas e as que precisam ser executadas. Relatou que ano passado em parceria com o INTERPA realizaram a

georreferenciamento de duas áreas conhecidas como Ponta Negra no diamantino e área Matinha no Bairro da Matinha, onde provavelmente a expectativa que ainda neste final de ano seja entregue os lotes para aqueles moradores. Disse que não basta fazer a titulação, as obras de infraestrutura tem que avançar, levar equipamento público para essas área para que assim esse moradores se fixem nos locais. Pois, não havendo o urbanismo, logo chega aquele com poder aquisitivo maior e compra a terra. Finalizou informando que COHAB é parceira nesta causa. A senhora **SILVIA ELIS**, representando o CONSEG da Boa Esperança, parabenizou o debate e em nome de todos os interessados solicitou que se agendasse uma discussão fundiária rural, pois o agricultor sempre cobra essa regularização fundiária. A Senhora **SELDA GOLDINHO**, falou em nome do Juá, destacando que a ocupação da área refere-se a uma realidade muito difícil devido à falta de serviços públicos por falta de regularização. Fez destaque as dificuldades para a escola e posto de saúde. Na oportunidade, questionou sobre quais ações se poderia tomar, nesse sentido de regularizar as áreas de preservação como é o caso de uma área pertencente a ocupação do juá. A Senhora **MARGARETH FERREIRA,** presidente do Juá, destacou a importância de discutir as questões das moradias. Disse que o Juá está sendo punido por uma questão judicial, sinalizando a necessidade de se intensificar os interesses em regularizar o bairro, esperando da Casa que não se pare as discussões e ações. O senhor **ALEXANDRE MADURO**, Secretário Regional do Governo, parabenizou a iniciativa de discutir a questão da regularização e citou seu papel como interlocutor de políticas públicas, um novo desafio que deseja fazer em apoio as ações em prol da populações. A seguir, abriu-se espaço para uso da palavra aos presentes na galeria da Casa. O senhor **EDNILDO (CAMARÃO)**, presidente do Bairro Novo Horizonte, destacou as dificuldades da regularização dos bairros de Santarém, o que, segundo ele, dificulta mais a dignidade da população. O senhor **SINAI DA SILVA**, membro da Cooperlago, registrou a importância de estar em busca da regularização, citando o Distrito de Curuai como uma área que apresenta necessidade de moradia legalizada. Destacou que precisam da desafetação da área para construir um órgão público, por exemplo, uma creche. Disse que querem que esta discussão possa se expandir para o Distrito de Curuai. Pediu que possam fazer a topográfica e buscar a estruturação da região. O senhor **WILLIAM MARTINS,** comunidade Prosperidade em Álter do Chão, fez uma explanação sobre as questões fundiárias do município; pediu que não seja somente esta audiência a ser realizada para discutir este tema, destacando também a necessidade de se discutir sobre a regularização fundiária rural. Sugeriu que as reuniões sobre este tema sejam mais frequentes. Em seguida, a palavra foi passada aos vereadores. O senhor vereador **ANGELO TAPAJÓS (REPUBLICANOS)** fez questionamentos à secretária municipal sobre o andamento judicial da área do Juá e se existe uma reunião agendada, assim como também para o bairro do Vigia, se tem uma emenda parlamentar destinada para asfaltamento da área. A secretária NELCILENE LOPES respondeu que a questão do Juá não depende só de titulação, mas envolve outras questões como ambiental, recursos e de valores com o dono da área que pode durar anos para ser resolvido que, por isso, precisa ser criada uma comissão para discutir mais o assunto e apresentar soluções. A secretária informou que a titulação do bairro Vigia está sendo iniciada e o asfalto está sendo discutido, mas a pasta de infraestrutura seria a mais indicada a responder sobre a questão do asfalto. A vereadora Enf. **ALBA LEAL (MDB)** ressaltou que se sente representada pela secretária Nelcilene Lopes, e solicitou que outras audiências fossem realizadas em favor das regularizações fundiárias, citando o bairro do Juá que enfrenta muitas dificuldades com a infraestrutura, educação e saúde. Disse que esta Casa vai estar à disposição deste tema. Na ocasião, informou sobre uma audiência que irá acontecer na comunidade de Murui, região Lago Grande, disse que vão solicitar que aconteça em outro local. A vereadora **ADRIANA ALMEIDA (PV)** destacou que embora exista um processo judicial em relação a ocupação do Juá, a Casa e os presentes precisam ter base das reais necessidades básicas dos moradores, citando que a prefeitura irá construir uma sede próxima ao bairro para atender os moradores. Registrou que a Casa vai estar sempre lutando pelas melhorias. Ainda sobre o Bairro Juá, a secretaria **NEULCILENE LOPES**, disse que pode reunir para fazer um levantamento topográfico da APP, e a partir daí começar os estudos. Direcionando

a palavra a vereadora Adriana Almeida, disse que quando existem vários processos judiciais de reintegração de posse, a lei proíbe reintegrar, por esse motivo o bairro está paralisado e tudo que o município for implantar, precisa de autorização judicial. O vereador **JÚNIOR TAPAJÓS** destacou que o tema desta sessão é um problema que atinge o cidadão e o município, pois a regularização fundiária já vem sendo um assunto muito questionado, e que o autor do debate Erasmo Maia, estava de parabéns pela iniciativa, citando também o bom trabalho no município em relação a regularização estratégica. Ressaltou ainda as questões envolvendo a região do Lago Grande e sua população, mencionando o projeto PAE Lago Grande, onde existem pessoas que desejam ser reconhecidas como indígenas e a Casa deve ter esse cuidado quanto a isso. Finalizou fazendo referência a grilagem de terra que acontece no município, o qual tem buscado resolver a problemática. Em seguida, o vereador **ERASMO MAIA** disse que cada local tem uma questão específica de tratar sobre a questão fundiária, sugerindo ao presidente da 5ª Comissão da Casa, vereador Júnior Tapajós, que possam se reunir na quinta-feira e iniciar os debates acerca do tema, pelas questões do bairro do Juá, já que envolve muitas situações impeditivas de regularização, com o apoio da 2ª Comissão. E para outras localidades de regularização fundiária rural, o vereador sugeriu a secretaria que possa estudar a possibilidade de aderir ao Programa Titula Brasil. Encerrado o tempo regimental, o presidente pediu permissão do plenário para se estender audiência por mais 30 minutos, o que foi acordado por todos. Dando continuidade à sessão, a secretaria **NELCILENE LOPES** mencionou o problema do Incra, que é relacionado a sentença, mas destacou que o prefeito Nélio Aguiar aderiu ao Programa Titula Brasil. Sobre o Curuai, disse que não vai ser fácil esse processo. Passando a palavra ao vereador **DIDI FELEOL (PP)**, o mesmo agradeceu o momento de discussão em torno das questões fundiárias, e pediu que se discutisse cada vez mais o assunto, ouvindo os dois lados para discutir os direitos daquela população, para assim avançar nos processos de regularização. Por fim, o segundo vice-presidente da Casa, vereador Alysson Pontes agradeceu a todos componentes da mesa e todos os demais líderes presentes, sinalizando que todas as decisões serão encaminhadas pelo autor do debate. Feito isso, declarou encerrada a presente audiência pública. Expedientes de Justificativa: MEMO.131/2022 – GAB. Ver. Erlon Rocha (MDB); MEMO. 018/2022 – GAB. Ver. Murilo Tolentino (PSC); MEMO. 25/2022 – GAB. Ver. Elielton Lira (AVANTE); MEMO. 007/2022 – GAB. Ver. Silvio Neto (DEM). Vereadores presentes: **ADRIANA ALMEIDA (PV), ALYSSON PONTES (PSD), BIGA KALAHARE (PT), DR. CARLOS MARTINS (PT), ELIELTON LIRA (AVANTE), ERASMO MAIA (DEM), JANDER ILSON PEREIRA (DEM), JK DO POVÃO (PSDB), JÚNIOR TAPAJÓS (PL), PROFESSOR JOSAFÁ GONÇALVES (PL), RONAN LIBERAL JR. (MDB), AGUINALDO PROMISSÓRIA (PSL); PASTOR ANGELO TAPAJÓS (REPUBLICANOS), DIDI FELEOL (PP), ENFERMEIRA ALBA LEAL (MDB).** Vereadores Ausentes com Justificativa: **ENFERMEIRO MURILO TOLENTINO (PSC), CARLOS SILVA (PSC), SÍLVIO NETO (DEM), GERLANDE CASTRO (PSB), ERLON ROCHA (MDB).** LICENCIADO: **ALEXANDRE MADURO (MDB).** E, para constar, mandou lavrar a ata, que depois de lida, discutida e aprovada, será assinada por quem de direito.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Ronan Liberal Jr.
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Prof. Josafá Gonçalves
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Carlos Silva
2º Secretário